

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	37
1. Conceito de Estado	37
1.1. Poderes do Estado	38
2. Governo X Estado	39
3. Administração Pública	39
4. Direito Administrativo	41
4.1. Conceito	41
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	43
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	45
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo	45
5.1. Competência para legislar	49
6. Interpretação do Direito Administrativo	49
7. Evolução histórica do Direito Administrativo	50
8. Sistemas de controle da atuação administrativa	51
8.1. Sistema administrativo brasileiro	52
9. Relação com outros ramos do Direito	53
10. Regime Jurídico Administrativo	54
11. Constitucionalização do direito administrativo	55
12. Quadro Sinóptico	56
13. Súmulas	60
13.1. Súmulas do STF	60
14. Questões de concursos	61

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	65
1. Definição	65
1.1. Princípios e regras	66
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado	68
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	70
2. Princípios de Direito Administrativo	71
2.1. Princípio da Legalidade	71
2.2. Princípio da Impessoalidade	75
2.2.1. Princípio da intranscendência	78
2.3. Princípio da Moralidade	78
2.4. Princípio da Publicidade	79
2.5. Princípio da Eficiência	83

2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	84
2.7. Princípio da Continuidade.....	88
2.8. Princípio da Autotutela	95
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	96
 Vídeo.....	98
2.10. Princípio da Proporcionalidade	98
2.11. Princípio da Motivação	99
2.12. Isonomia.....	101
2.13. Finalidade	103
2.14. Especialidade	104
2.15. Segurança jurídica.....	105
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	107
3. Dever de observância dos princípios.....	109
4. Quadro Sinóptico	109
5. Súmulas	116
5.1. Súmulas do STF	116
5.2. Súmulas do STJ	117
6. Jurisprudências 2024/2025	117
7. Questões de concursos	120

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS	127
1. Introdução	127
1.1. Uso e abuso de poder.....	128
2. Discrecionalidade e vinculação.....	129
2.1. Poder Vinculado	130
2.2. Poder Discrecionalário	130
3. Controle judicial da atividade administrativa discrecionalária	132
4. Poderes administrativos.....	132
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar.....	133
4.1.1. Regulamentos.....	133
4.1.2. Espécies de Regulamentos	134
4.1.3. Consulta pública	136
4.2. Poder Hierárquico.....	136
4.3. Poder Disciplinar	138
4.4. Poder de Polícia	141
 Vídeo.....	143
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária	143
4.4.2. Discrecionalidade e vinculação dos atos de polícia.....	143
4.4.3. Natureza dos atos de polícia	144
4.4.4. Delegação dos atos de Polícia.....	145

4.4.4.1. Ciclos de Polícia e delegação.....	147
4.4.5. Atributos do Poder de Polícia	148
4.4.6. Prescrição das sanções de polícia	149
4.4.7. Atos de polícia previstos na lei 13.979/20 (situação de pandemia de COVID-19)	150
4.5. Aprofundamento para provas subjetivas	152
5. Quadro Sinóptico	156
6. Súmulas	160
6.1. Súmulas do STF	160
6.2. Súmulas do STJ	161
7. Jurisprudências 2024/2025	161
8. Questões de Concursos	164

Capítulo 4

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	169
1. Introdução	169
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa	170
2. Prestação da atividade pública	171
2.1. Descentralização X Desconcentração.....	173
2.2. Espécies de descentralização	173
3. Administração direta	174
3.1. Órgãos públicos	175
3.1.1. Classificação de órgãos	178
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão.....	180
3.1.3. Teoria da institucionalização.....	181
4. Administração Indireta.....	181
4.1. Entes da Administração Indireta	182
4.1.1. Características gerais.....	183
5. Autarquias.....	186
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias.....	187
5.2. Autarquias profissionais.....	194
5.3. Autarquias territoriais.....	198
5.4. Autarquias em regime especial.....	198
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas	198
5.4.2. Agências reguladoras.....	199
 Vídeo.....	199
5.4.2.1. Regime especial	200
5.4.2.2. Poder normativo e atos decisórios.....	203
5.4.2.3. Articulação entre Agências Reguladoras e entre essas Agências e demais órgãos de controle.....	204
5.4.2.4. Interação operacional entre agências reguladoras	205
5.4.2.5. Espécies de Agências reguladoras	206
5.4.2.6. Regime de pessoal	206
5.4.2.7. Licitação.....	208

5.4.2.8. Teoria da captura.....	209
5.4.2.9. Agências reguladoras e delegificação	210
5.5. Agências Executivas.....	210
6. Fundações Públicas	212
6.1. Natureza jurídica.....	213
6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	214
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	216
7. Empresas estatais	218
7.1. Finalidades das empresas estatais	220
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	221
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	232
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	234
7.4.1. Requisitos de transparência.....	234
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal	235
7.4.3. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais.....	237
7.4.4. Controle das entidades	237
7.5. <i>Golden Share</i>	237
7.6. Aprofundamento para provas subjetivas	238
8. Quadro Sinóptico	239
9. Súmulas	254
9.1. Súmulas do STF	254
9.2. Súmulas do STJ	254
9.3. Súmulas do TST	254
10. JurisprudênciaS 2024/2025.....	255
11. Questões de Concursos	258

Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	263
1. Atos jurídicos.....	263
2. Atos administrativos X Atos da administração	264
3. Ato administrativo	266
3.1. Conceito.....	266
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	268
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	270
4.1. Competência.....	271
4.1.1. Características da competência administrativa	272
4.2. Finalidade	276
4.3. Forma	279
4.3.1. Silêncio Administrativo	280
4.3.2. Vício no elemento forma.....	282
4.4. Motivo.....	283
4.4.1. Motivo e motivação.....	285

	Vídeo.....	288
4.5.	Objeto	289
4.6.	Elementos discricionários e vinculados.....	290
5.	Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello	291
6.	Atributos do ato administrativo.....	292
6.1.	Presunção de veracidade.....	293
6.2.	Presunção de legitimidade.....	293
6.3.	Imperatividade.....	294
6.4.	Exigibilidade.....	295
6.5.	Executoriedade ou autoexecutoriedade.....	295
6.6.	Tipicidade.....	296
7.	Fases de constituição do ato administrativo	296
7.1.	A perfeição	296
7.2.	A validade.....	297
7.3.	A eficácia	297
7.3.1.	Elementos acidentais do ato administrativo	299
7.3.1.1.	Condição	299
7.3.1.2.	Termo	299
7.3.1.3.	Encargo.....	299
7.4.	Atos após a formação	300
8.	Classificação dos atos administrativos.....	301
8.1.	Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários	301
8.2.	Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	301
8.3.	Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais	303
8.4.	Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	303
8.5.	Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos	304
8.6.	Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios	304
8.7.	Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos	304
8.8.	Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos	305
9.	Espécies de atos administrativos	305
9.1.	Atos normativos.....	305
9.2.	Atos ordinatórios	307
9.3.	Atos negociais	308
9.4.	Atos enunciativos.....	312
9.5.	Atos punitivos.....	315
10.	Extinção dos atos administrativos.....	315
10.1.	Extinção natural.....	315
10.2.	Renúncia.....	316
10.3.	Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai	316

10.4. Retirada	316
10.4.1. Anulação	316
10.4.2. Revogação	321
10.4.3. Cassação	322
10.4.4. Caducidade	322
 Vídeo	322
10.4.5. Contraposição (derrubada)	323
11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos	323
12. Quadro Sinóptico	328
13. Súmulas	345
13.1. Súmulas do STF	345
13.2. Súmulas do STJ	345
14. Jurisprudências 2024/2025	345
15. Questões de concursos	348

Capítulo 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	355
1. Fundamento da responsabilidade	355
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado	356
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88.....	358
3.1. Agentes da responsabilidade civil.....	359
3.2. Responsabilidade Objetiva	361
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado	363
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado	365
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado)	366
 Vídeo	368
3.3.2 Responsabilidade do Estado em caso de operações policiais.....	368
3.4. Indenização.....	369
3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	370
3.6. Responsabilidade do Agente Público	370
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público.....	374
3.6.2. Dolo e erro grosseiro	376
3.7. Prazo prescricional	377
3.8. Responsabilidade por obra pública.....	379
3.9. Responsabilidade pré-contratual.....	380
3.10. Responsabilidade por erro médico em clínicas credenciadas	380
4. Responsabilidade por atos legislativos.....	381
4.1. Leis de efeitos concretos	381
4.2. Leis em sentido formal e material.....	381
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais.....	382

6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (Lei Anticorrupção)	383
 Vídeo	384
6.1. Responsabilidade administrativa	385
6.2. Processo administrativo	386
6.3. Responsabilidade judicial	387
7. Aprofundamento para provas discursivas	388
8. Quadro Sinóptico	390
9. Súmulas	395
9.1. Súmulas do STF	395
9.2. Súmulas do STJ	395
10. Jurisprudências 2024/2025	396
11. Questões de Concursos	400

Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	407
1. Introdução	407
2. Conceito	408
3. Classificação	409
4. Controle Administrativo	413
4.1. Provocação da Administração Pública	416
4.2. Recursos administrativos	417
4.3. Órgãos internos de controle	418
5. Controle Legislativo	421
5.1. Controle Parlamentar Direto	421
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas	422
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União	423
6. Controle judicial	425
6.1. Ações judiciais	427
6.1.1. Mandado de Segurança	427
 Vídeo	431
6.1.2. Ação Popular	431
6.1.3. Habeas Data	432
6.1.4. Ação civil pública	433
6.1.5. Mandado de Injunção	434
6.1.6. Demais ações	437
6.2. Atos <i>interna corporis</i>	437
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica	438
8. Quadro Sinóptico	439
9. Súmulas	452
9.1. Súmulas do STF	452
9.2. Súmulas do STJ	453

10. Jurisprudências 2024/2025	453
11. Questões de Concursos	456

Capítulo 8

LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11	463
1. Conceito	463
2. Competência para legislar	464
3. Finalidades do procedimento licitatório	465
4. Princípios norteadores da licitação.....	466
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	467
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	467
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	467
4.4. Princípio do Procedimento Formal	468
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	468
4.6. Princípio da isonomia	468
5. Tipos de Licitação	469
6. Desempate na licitação.....	470
7. Quem deve licitar.....	472
8. Intervalo mínimo	473
9. Comissão	474
10. Modalidades Licitatórias	476
10.1. Concorrência	478
10.2. Tomada de preços	480
10.2.1. Cadastro de interessados.....	481
10.3. Convite.....	482
10.4. Concurso	483
10.5. Leilão.....	484
10.6. Pregão.....	486
10.6.1. Pregão eletrônico	487
11. Licitação para registro de preços	488
12. Procedimentos licitatórios	489
12.1. Concorrência	489
12.2. Procedimento da tomada de preços.....	506
12.3. Procedimento do Convite	506
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	506
12.5. Procedimento do pregão	507
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	509
12.5.1.1. Dispensa eletrônica	516
13. Licitação internacional	516
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	517
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	518
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	520
16.1. Inexigibilidade de licitação.....	521

16.1.1. Inexigibilidade de licitação para serviços de advocacia e contabilidade	522
16.2. Dispensa de licitação	523
16.3. Procedimento para contratação direta	532
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade	533
17. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona”	534
 Vídeo	537
18. Quadro Sinóptico	537
19. Súmulas	554
19.1. Súmulas do STF	554
19.2. Súmulas do STJ	554
20. Jurisprudências 2024/2025	554
21. Questões de Concursos	557

Capítulo 9

LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021	565
1. Conceito	565
2. Competência para legislar	566
3. Finalidades do procedimento licitatório	568
4. Princípios norteadores da licitação.....	568
4.1. Princípio da Vinculação ao Edital	569
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	569
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	570
4.4. Princípio da competitividade.....	570
4.5. Princípio da Economicidade	570
4.6. Princípio da isonomia	570
4.7. Princípio da segregação de funções.....	571
4.8. Princípio da segurança jurídica.....	572
4.9. Princípio do planejamento	572
5. Tipos de Licitação	573
6. Desempate na licitação.....	575
7. Quem deve licitar.....	576
8. Intervalo mínimo	578
9. Agentes da licitação.....	579
10. Plano de contratação anual.....	581
11. Alterações do plano	582
12. Modalidades Licitatórias	582
12.1. Concorrência	582
12.2. Concurso	583
12.3. Leilão.....	584
12.4. Pregão.....	586
12.5. Diálogo competitivo	587
13. Licitação para registro de preços	587

13.1. Prorrogação da ata de registro de preços	589
13.2. Reajuste e reequilíbrio da ata de registro de preços	590
13.3. Ata de registro de preços mediante dispensa de licitação	590
14. Procedimentos licitatórios	590
14.1. Procedimento comum (concorrência e pregão).....	591
14.1.1. Fase preparatória	591
14.2. Fase externa.....	600
14.2.1. Divulgação do edital de licitação	601
14.2.2. Apresentação de propostas e lances	602
14.2.3. Julgamento	603
14.2.4. Habilitação.....	605
14.2.5. Recurso	609
14.2.6. Encerramento.....	610
14.3. Procedimento do Diálogo Competitivo.....	612
15. Licitação internacional	614
16. Licitações de grande vulto	615
17. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	616
18. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	618
18.1. Inexigibilidade de licitação	620
18.2. Dispensa de licitação	622
18.3. Dispensa para alienação de bens de licitação.....	628
18.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	630
19. Procedimento de manifestação de interesse.....	631
20. Procedimentos auxiliares	632
20.1. Credenciamento.....	632
20.2. Registro cadastral	633
20.3. Pré-qualificação.....	634
21. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona” ou adesão à ata de registro de preços.....	634
22. Quadro Sinóptico	637

Capítulo 10

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.530/02 E 12.462/11	653
1. Introdução	653
2. Conceito	655
3. Competência legislativa.....	656
4. Características dos contratos administrativos	656
4.1. Formalismo.....	658
5. Garantia.....	661
6. Cláusulas exorbitantes	663
6.1. Alteração unilateral do contrato	663
6.2. Rescisão unilateral do contrato	665
6.3. Fiscalização da execução do contrato	668

6.4. Ocupação temporária de bens	669
6.5. Aplicação de penalidades	669
6.5.1. Impedimento Indireto	671
7. Alteração contratual por vontade das partes	673
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	674
8.1. Pagamentos feitos ao particular	675
 Vídeo	676
9. Teoria da imprevisão	677
10. Subcontratação nos contratos da administração	679
11. Duração	680
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano	680
12. Responsabilidades decorrentes do contrato	683
13. Recebimento do objeto contratual	686
14. Formas de extinção do contrato administrativo	687
15. Dos contratos administrativos em espécie	689
 Vídeo	691
16. Convênios	696
17. Consórcios Públicos	698
17.1. Fundos patrimoniais	698
18. Regime Diferenciado de Contratações	701
18.1. Objetivos	702
18.2. Peculiaridades da lei 12.462/11	702
19. Licitações e contratos das empresas estatais	708
19.1. Dispensa e inexigibilidade	708
19.2. Modalidade e regras aplicáveis	711
19.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo	711
19.4. Procedimento da licitação	712
19.5. Pré-qualificação permanente	714
19.6. Cadastramento	715
19.7. Registro de preços	715
19.8. Prazos de implementação	715
19.9. Contratos firmados com as empresas estatais	716
19.9.1. Garantia	716
19.9.2. Duração	716
19.9.3. Alteração bilateral	717
19.10. Sanções	718
19.11. Subcontratação	719
19.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada	719
19.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa	721
20. Convênios e contratos de repasse com o poder público	722
21. Programas de parcerias de investimentos - PPI	722

21.1. Relicitação	723
22. Aprofundamento para prova subjetiva	725
23. Quadro Sinóptico	727
24. Súmulas	744
24.1. Súmulas do STF	744
24.2. Súmulas do TST	744
25. Jurisprudência 2024/2025.....	745
26. Questões de concursos	746

Capítulo 11

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI 14.133/21 753

1. Introdução	753
2. Conceito	755
3. Competência legislativa.....	756
4. Características dos contratos administrativos.....	756
4.1. Formalismo.....	759
5. Garantia.....	762
5.1. Cláusula de retomada.....	763
6. Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração.....	765
6.1. Alteração unilateral do contrato	765
6.2. Rescisão unilateral do contrato	768
6.3. Fiscalização da execução do contrato	772
6.4. Ocupação temporária de bens	772
6.5. Aplicação de penalidades.....	773
6.5.1. Impedimento Indireto	776
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	779
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	780
8.1. Pagamentos feitos ao particular	780
9. Teoria da imprevisão	782
10. Alocação de riscos	784
11. Subcontratação nos contratos da administração.....	785
12. Duração	786
12.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	787
13. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	790
14. Recebimento do objeto contratual.....	794
15. Formas de extinção do contrato administrativo	795
16. Da solução alternativa de controvérsias.....	798
17. Planos de contratação anual	799
18. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	799
19. Disposições penais da Lei 14.133/2021	801
20. Dos contratos administrativos em espécie.....	801
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	810

21.1. Vedações para celebração de convênios.....	811
21.2. Plano de trabalho.....	813
21.3. Cláusulas necessárias do convênio	813
21.4. Prestação de contas.....	813
22. Consórcios Públicos.....	814
23. Fundos patrimoniais	814
24. Licitações e contratos das empresas estatais.....	817
24.1. Dispensa e inexigibilidade.....	817
24.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	820
24.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	820
24.4. Procedimento da licitação	821
24.5. Pré-qualificação permanente	823
24.6. Cadastramento.....	824
24.7. Registro de preços	824
24.8. Prazos de implementação	825
24.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	825
24.9.1. Garantia	825
24.9.2. Duração	826
24.9.3. Alteração bilateral.....	826
24.10.Sanções	827
24.11.Subcontratação	828
24.12.Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	828
24.13.Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	830
25. Programas de parcerias de investimentos - PPI	831
25.1. Relicitação	832
26. Responsabilidade do agente por ato praticado com base em parecer jurídico.....	833
27. Licenciamento ambiental e desapropriação.....	835
28. Aprofundamento para prova subjetiva	837
29. Quadro Sinóptico	840

Capítulo 12

SERVIÇOS PÚBLICOS	857
1. Conceito	857
2. Princípios.....	859
2.1. Dever de prestação pelo Estado	860
2.2. Modicidade	860
2.3. Atualidade.....	861
2.4. Cortesia	861
2.5. Economicidade	861
2.6. Generalidade.....	861
2.7. Submissão a controle.....	861
2.8. Continuidade.....	862

2.8.1. Greve de agentes públicos.....	862
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	866
2.8.3. <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	869
2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	869
2.9. Isonomia.....	870
3. Formas de prestação do serviço público.....	870
4. Classificação.....	873
5. Delegação Contratual de Serviços	875
6. Concessão de Serviços Públicos.....	876
6.1. Poder concedente.....	877
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente	878
6.2. Concessionária.....	880
6.3. Usuários do serviço	882
6.4. Procedimento licitatório.....	883
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas	884
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público.....	885
6.6. Intervenção	886
6.7. Duração do contrato de concessão	887
6.8. Arbitragem.....	888
6.9. Subconcessão	888
6.10. Remuneração da concessionária	889
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores	891
6.11. Extinção do contrato de concessão	892
7. Parceria Público-Privada – PPP	894
7.1. Espécies de Parcerias	895
 Vídeo.....	895
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	896
7.3. Características específicas das parcerias.....	898
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco	898
7.3.2. Financiamento do setor privado	898
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	899
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	900
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP	901
7.3.6. Procedimento licitatório	902
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico	904
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas ...	905
8. Permissão de Serviço Público.....	907
9. Autorização de serviço público	909
10. Consórcios Públicos	910
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica	915
12. Aprofundamento para provas subjetivas – consórcios públicos entre união e municípios.....	916
13. Quadro Sinóptico	917

14. Súmulas	940
14.1. Súmulas do STF	940
14.2. Súmulas do STJ	941
15. Jurisprudências 2024/2025	941
16. Questões de Concursos	943

Capítulo 13

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	949
1. Setores da Economia	949
1.1. Entidades do terceiro setor	950
2. Serviço Social Autônomo	951
3. Entidades de Apoio	954
4. Organizações Sociais (OS)	956
4.1. Programa nacional de publicização (PNP)	960
5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	961
6. Organizações da sociedade civil (OSC)	963
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	964
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social	965
6.3. Chamamento público	966
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame	968
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos	969
6.6. Formalização das parcerias	971
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros	974
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	974
6.9. Prestação de contas	975
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades	976
7. Quadro Sinóptico	977
8. Súmulas	985
8.1. Súmulas do STF	985
9. Jurisprudências 2024/2025	986
10. Questões de concursos	987

Capítulo 14

AGENTES PÚBLICOS	995
1. Conceito	995
2. Classificação de agentes	997
2.1. Agentes Políticos	997
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	999
2.3. Servidores estatais	1000
2.3.1. Servidores temporários	1001
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos	1003
2.3.3. Servidores celetistas	1009
2.3.4. Servidores estatutários	1011

3. Cargo público, emprego público e função pública.....	1013
3.1. Emprego público	1013
3.2. Cargo Público	1014
3.2.1. Classificação de cargos.....	1016
3.3. Função Pública	1017
4. Requisitos de ingresso no serviço público	1019
4.1. Ampla acessibilidade	1019
4.2. Concurso público	1021
4.2.1. Exceções ao concurso público	1023
4.2.2. Regras definidas pelo edital.....	1027
4.2.3. Realização de novo concurso na vigência do certame anterior	1034
4.2.4. Direito subjetivo à nomeação	1034
4.2.4.1. Cadastro de reserva.....	1037
4.2.5. Cláusula de barreira.....	1037
4.3. Nacionalidade brasileira	1039
4.4. O gozo dos direitos políticos.....	1039
4.5. A quitação com as obrigações militares e eleitorais	1039
4.6. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	1039
4.7. Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	1040
4.7.1. Portadores de necessidades especiais.....	1041
4.7.2. Limite de idade	1042
4.7.3. Exame psicotécnico	1044
4.8. Atividade jurídica.....	1046
4.9. Vedação ao nepotismo.....	1048
4.10. Vagas reservadas para negros e pardos.....	1051
4.11. Terceirização de atividade pública	1052
5. Estabilidade	1053
5.1. Conceito e evolução constitucional	1054
5.2. Empregos públicos.....	1057
5.3. Dispensa do servidor estável.....	1058
5.4. Estabilidade x Estágio probatório	1061
5.5. Vitaliciedade	1063
6. Direito de greve do servidor público.....	1064
7. Provimento	1067
7.1. Provimento Originário.....	1067
7.2. Provimento Derivado.....	1068
7.2.1. Provimento derivado vertical	1069
7.2.2. Provimento derivado horizontal.....	1070
7.2.3. Provimento derivado por reingresso.....	1070
 Vídeo.....	1072
8. Vacância.....	1073
9. Acumulação de Cargos.....	1075

	Vídeo.....	1077
9.1.	Acumulação de cargos na carreira militar	1079
10.	Deslocamento	1080
10.1.	Remoção.....	1080
10.2.	Redistribuição.....	1081
11.	Remuneração do Servidor Público.....	1082
11.1.	Irredutibilidade de Remuneração	1084
11.2.	Salário Mínimo.....	1086
11.3.	Pagamento em atraso	1086
11.4.	Vinculação e equiparação de remunerações	1087
11.5.	Subsídios.....	1088
11.6.	Teto remuneratório	1089
11.7.	Desconto na remuneração do servidor público.....	1091
11.8.	Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos.....	1092
12.	Vantagens.....	1092
12.1.	Indenização.....	1093
12.2.	Gratificações	1096
12.3.	Adicionais	1098
13.	Férias	1100
14.	Licenças	1101
15.	Afastamentos.....	1104
15.1.	Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	1104
15.2.	Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade	1105
15.3.	Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	1105
15.4.	Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	1106
16.	Concessões.....	1107
17.	Regime Disciplinar	1108
17.1.	Responsabilidade do servidor público.....	1108
18.	Infrações e Sanções administrativas	1109
18.1.	Demissão	1110
18.2.	Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	1112
18.3.	Suspensão	1113
18.4.	Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança	1114
18.5.	Advertência.....	1114
18.6.	Prescrição.....	1115
18.7.	Registro da Penalidade	1116
18.8.	Competência para aplicação da Penalidade.....	1117
19.	Processo Administrativo Disciplinar	1118
19.1.	Sindicância.....	1119
19.2.	Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1120
19.3.	Fases do Processo Administrativo Disciplinar	1120

19.4. Recurso e Pedido de reconsideração	1125
19.5. Revisão	1125
20. Processo sumário	1126
21. Aposentadoria do Servidor Público	1126
21.1. Regimes de Previdência	1127
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	1128
21.2.1. Breve histórico constitucional	1129
21.2.2. Características do RPPS	1130
21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	1131
21.2.4. Valor da contribuição	1138
21.2.4.1. Contribuição de inativos	1139
21.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária	1140
21.2.5. Teto do regime próprio	1140
21.2.6. Paridade e Integralidade	1141
21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria	1142
 Vídeo	1143
21.4. Acumulação de aposentadoria	1143
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	1143
22.1. Benefícios dos segurados	1144
22.1.1. Salário-família	1144
22.1.2. Auxílio-natalidade	1144
22.1.3. Licença para tratamento de saúde	1144
22.1.4. Licença-gestante, adotante e paternidade	1145
22.1.5. Licença por acidente em serviço	1146
22.1.6. Assistência à saúde	1146
22.2. Benefícios dos dependentes	1146
22.2.1. Pensão por morte	1146
22.2.1.1. Beneficiários da pensão	1148
22.2.1.2. Exclusão da Pensão	1149
22.2.1.3. Acumulação de pensões	1150
22.2.1.4. Pensão provisória	1151
22.2.2. Auxílio-reclusão	1151
22.2.3. Auxílio-funeral	1152
22.2.4. Assistência à saúde	1152
23. Quadro Sinóptico	1152
24. Súmulas	1190
24.1. Súmulas do STF	1190
24.2. Súmulas do STJ	1191
24.3. Súmulas do TST	1192
25. Jurisprudências 2024/2025	1192
26. Questões de Concursos	1197

Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1203
1. Considerações iniciais	1203
2. Conceito	1204
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade	1204
4. Dos agentes da improbidade administrativa	1206
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	1208
6. Sanções pela prática de ato de improbidade	1213
7. Cautelar de indisponibilidade de bens	1214
8. Cautelar de afastamento preventivo	1217
9. Procedimento da Ação de improbidade	1217
9.1. Partes e competência	1217
9.2. Petição inicial, contestação e julgamento	1219
9.3. Transformação em ação civil pública	1224
10. Do acordo de não persecução cível	1226
11. Crime de denúncia caluniosa	1227
12. Prescrição	1228
13. Retroatividade Da Norma Mais Benéfica Em Improbidade Administrativa	1230
14. Aprofundamento para provas discursivas	1233
14.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa	1233
15. Quadro Sinóptico	1235
16. Súmulas	1240
16.1. Súmulas do STJ	1240
17. Jurisprudências 2024	1240
18. Questões de Concursos	1244

Capítulo 16

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1251
1. Direito de Propriedade	1251
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais	1252
3. Modalidades de intervenção	1254
4. Desapropriação	1254
4.1. Objeto da desapropriação	1255
4.2. Pressupostos da desapropriação	1256
4.2.1. Desapropriação Comum	1258
4.2.2. Desapropriação especial urbana	1261
4.2.3. Desapropriação Especial Rural	1263
4.2.4. Desapropriação Confisco	1264
4.3. Procedimento da Desapropriação	1267
4.3.1. Competência para desapropriar	1267
4.3.2. Fases do Procedimento	1269
4.3.2.1. Fase Declaratória	1270
4.3.2.2. Fase executória	1272

4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem	1273
4.4. Ação de desapropriação	1274
4.5. Correção monetária	1276
4.6. Juros compensatórios	1277
 Vídeo.....	1278
4.7. Juros moratórios	1279
4.8. Honorários advocatícios.....	1280
4.9. Ação de desapropriação rural.....	1281
4.10. Desapropriações diferenciadas.....	1283
4.10.1. Desapropriação privada	1283
4.10.2. Desapropriação indireta.....	1284
4.11. Situações específicas na desapropriação	1286
4.11.1. Direito de extensão.....	1287
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão	1287
4.12. Desapropriação por zona.....	1291
4.13. Desapropriação de domínio útil.....	1292
5. Intervenções restritivas na propriedade privada.....	1293
5.1. Limitação administrativa.....	1293
5.2. Servidão Administrativa	1296
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa	1298
5.2.2. Procedimento de instituição da servidão administrativa.....	1299
5.2.3. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa	1300
5.3. Tombamento	1301
5.3.1. Bens objetos de tombamento.....	1303
5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento.....	1305
5.3.3. Indenização	1306
5.3.4. Procedimento	1307
5.3.5. Extinção	1308
5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa	1309
5.4. Requisição administrativa.....	1310
5.4.1. Características e objeto da requisição	1310
5.5. Ocupação temporária.....	1311
6. Quadro Sinóptico	1312
7. Súmulas	1335
7.1. Súmulas do STF	1335
7.2. Súmulas do STJ	1336
8. Jurisprudências 2024/2025	1336
9. Questões de Concursos	1338

Capítulo 17

BENS PÚBLICOS	1345
1. Conceito	1345
2. Competência para legislar	1347
3. Classificação.....	1348
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1349
5. Garantias	1350
 Vídeo.....	1352
5.1. Alienação de bens públicos.....	1352
6. Utilização de bens públicos por particulares	1354
6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos	1356
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1358
7.1. Aquisição contratual	1358
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza	1359
8. Bens em espécie	1360
9. Aprofundamento para provas discursivas	1364
10. Quadro Sinóptico	1365
11. Súmulas	1370
11.1. Súmulas do STF	1370
11.2. Súmulas do STJ	1370
12. Jurisprudências 2024/2025	1370
13. Questões de Concursos	1374

Capítulo 18

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1379
1. Introdução e conceito.....	1379
2. Finalidade do processo administrativo.....	1380
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1382
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1382
3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1383
3.2. Devido Processo Legal.....	1383
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1384
3.4. Instrumentalidade das formas	1387
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1387
3.6. Verdade Real	1388
3.7. Gratuidade.....	1389
3.8. Princípio da Legalidade.....	1389
3.9. Princípio da motivação.....	1389
4. Processo Administrativo Federal.....	1390
4.1. Aplicação Subsidiária	1391
4.2. Princípios previstos na lei 9.784/99.....	1391

5. Direitos e deveres dos particulares	1392
5.1. Legitimidade processual	1393
6. Início do processo	1394
 Vídeo.....	1394
7. Competência administrativa.....	1395
7.1. Suspeição e impedimento.....	1396
8. Dos atos processuais.....	1396
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	1396
8.2. Comunicação dos atos processuais	1397
9. Fases do processo administrativo	1398
9.1. Instauração	1398
9.2. Instrução processual, defesa e relatório	1399
9.3. Decisão	1401
10. Motivação dos atos processuais	1401
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1402
11. Extinção do processo.....	1402
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo.....	1403
13. Decisão coordenada	1403
14. Recursos administrativos	1404
14.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos.....	1405
14.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1406
14.3. Da revisão	1406
15. Contagem de prazos.....	1406
16. Processo Administrativo Disciplinar	1407
16.1. Sindicância investigativa ou preparatória.....	1407
16.2. Sindicância contraditória ou acusatória	1408
16.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1409
16.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	1410
17. Impugnações administrativas do julgamento	1416
17.1. Recurso e Pedido de Reconsideração	1417
17.2. Revisão	1417
18. Processo sumário.....	1418
19. Quadro sinóptico.....	1420
20. Súmulas	1432
20.1. Súmulas do STF	1432
20.2. Súmulas do STJ	1432
21. Jurisprudências 2024/2025	1433
22. Questões de Concursos	1437

Capítulo 19

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1443
1. Introdução	1443
2. O estado regulador e a constitucionalização normativa.....	1444
3. A ordem econômica e seus fundamentos	1445
3.1. Valorização do trabalho humano.....	1445
3.2. Liberdade de iniciativa	1446
4. Princípios da ordem econômica.....	1446
5. Formas de atuação do estado	1447
6. Estado regulador.....	1447
6.1. Competências para intervenção.....	1448
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico.....	1449
6.2.1. Hipóteses de abuso	1450
6.2.2. Espécies de abuso.	
Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1451
6.2.3. Práticas restritivas verticais.....	1451
6.3. Normas de repressão dos abusos.....	1452
6.3.1. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1452
6.3.2. Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica	1453
6.3.3. Acordo de leniência	1455
6.3.4. Controle de concentrações.....	1456
6.4. Controle do abastecimento	1457
7. Estado executor.....	1458
7.1. Exploração direta em regime de livre concorrência	1458
7.1.1. Regime das empresas estatais	1459
7.2. Monopólio estatal	1460
7.2.1. Atividades monopolizadas	1460
8. Quadro sinóptico	1461
9. Jurisprudências 2024/2025	1463
10. Questões de concursos	1466
BIBLIOGRAFIA	1471